



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**  
**VARA ÚNICA**  
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0001551-44.2013.8.26.0233**  
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução Fiscal - Nulidade / Inexigibilidade do Título**  
 Requerente: **Vetro Indústria, Comércio e Serviços Ltda**  
 Requerido: **Fazenda do Estado de São Paulo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Wyldensor Martins Soares** assumindo esta Vara Distrital até instalação de sua nova vara, conforme designação da E. Presidência do TJSP.

*Vistos.*

Vetro Indústria, Comércio e Serviços Ltda opôs embargos à execução fiscal n.º 883-73.2013.8.26.0233, por meio da qual a Fazenda Pública Estadual, ora embargada, pretende o recebimento da quantia de R\$ 15.101,35, referente à cobrança do ICMS – dos períodos de agosto a novembro de 2008. Aduz a embargante que o tributo está pago e deve a execução ser extinta. Prossegue apontando a nulidade da CDA, pois irregular o lançamento. No mérito, alega que nos mesmos períodos de apuração do ICMS apontados na CDA apurou crédito de ICMS superior ao montante do tributo, de modo que nada tem a pagar. Alternativamente, reputa abusivos os encargos moratórios, requerendo a redução ao patamar de R\$ 3.655,75.

A petição inicial de fls. 02/11 veio instruída com os documentos de fls. 13/46.

Os embargos foram recebidos com efeito suspensivo (fls. 49).

Impugnação aos embargos às fls. 51/70 alegando que os débitos executados foram declarados pelo próprio embargante. Ressalta a



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**  
**VARA ÚNICA**  
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**

impossibilidade de abertura de fase instrutória para demonstrar erro de preenchimento da declaração. Em relação aos juros alega que estão em consonância com a Lei Estadual 13.918/2009 que atualmente perfazem o montante de 0,90% ao mês, afastada a incidência de correção monetária. Defende a competência estadual para legislar sobre a questão. No item 23 alega que o contribuinte-embargante não demonstrou que a taxa de juros em discussão ultrapassa a taxa Selic cuja aplicação pretende. Requer a improcedência dos embargos.

\*\*\*\*\*

**DECIDO.**

Possível o julgamento no estado, pois a matéria controvertida depende exclusivamente de prova documental que deveria instruir a inicial dos embargos e respectiva impugnação, conforme interpretação dos artigos 396 e 598, ambos do CPC c.c art. 1º da LEF.

A impugnação das CDA's pela via dos embargos mostrou-se hábil a derruir a certeza que deveria compor os títulos executivos fiscais que lastreiam a execução combatida.

As CDA's referem-se a débitos de ICMS declarados pelo próprio contribuinte-embargante (portanto não houve procedimento administrativo de lançamento) nos períodos de 06/2008; 07/2008; 08/2008 e 09/2008.

As mesmas CDA's apontam que a data de entrega das respectivas GIA's foram aos **15/07/2008; 14/8/2008; 15/09/2008 e 14/10/2008**.

O embargante, no entanto, alega pagamento e apresenta as GIA's correspondentes às fls. 34/41 dos embargos.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**  
**VARA ÚNICA**  
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**

A GIA de fls. 34 refere-se ao período de 06/2008 e foi entregue exatamente no dia **15/07/2008** às 15:32, conforme se verifica no rodapé.

A GIA de fls. 36 refere-se ao período de 07/2008 e foi entregue exatamente no dia **14/08/2008** às 09:30:43, conforme se verifica no rodapé.

A GIA de fls. 38 refere-se ao período de 06/2008 e foi entregue exatamente no dia **15/09/2008** às 15:44:13, conforme se verifica no rodapé.

As três GIA's estão acompanhadas das respectivas GARE's às fls. 35; 37 e 39.

Apenas a GIA de fls. 40 não tem indicação de data de entrega, porém também está instruída com a GARE de fls.41.

A impugnação, como se vê no relatório supra, restringiu-se a discorrer sobre a forma de apuração do crédito tributário (por declaração do próprio contribuinte), e, num segundo momento, a legalidade dos encargos moratórios.

A impugnação aos embargos não disse absolutamente nada sobre a alegação de pagamento. Os documentos apresentados pelo contribuinte-embargante não foram combatidos.

A prova documental coligida indica fortemente no sentido de pagamento do valor devido a título de ICMS nos meses de apuração. Se há algum outro crédito de mesma natureza apurado em GIA's diversas estas não



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**  
**VARA ÚNICA**  
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**

foram apresentadas no processo.

De conseguinte, impõe-se ao Juízo séria dúvida sobre a certeza das CDA's, o que é suficiente para nulidade da execução fiscal por ausência de título executivo revestido com todos os atributos necessários a lastrear a pretensão.

\*\*\*\*\*

Diante do exposto, **ACOLHO** os embargos à execução fiscal opostos por **VETRO INDÚSTRIA, COMÉRCIO e SERVIÇOS LTDA** contra a **FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL**, declarando NULA a execução nº 883-73, o que faço nos termos do inciso I do artigo 269 do Código de Processo Civil.

**A FESP** está isenta de custas e despesas.

**CONDENO** a **FESP** ao pagamento de honorários advocatícios que fixo em R\$ 1.000,00, considerando trata-se de condenação contra a Fazenda Pública e o reduzido tempo de duração dos embargos em primeiro grau (menos de oito meses).

Após o trânsito, arquivem-se.

PRIC.

Ibaté, 01 de abril de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**